

Para Arinos, presidencialismo está 'em decomposição'

'A Comissão de Sistematização denuncia, em suas contradições, nas suas confusões, que a crise que o país continua a atravessar é uma crise política'

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial de Brasília

RITA TAVARES

Repórter da Sucursal de Brasília

Afonso Arinos de Melo Franco, 81, é uma das poucas unanimidades do Congresso constituinte, do respeito que seu amplo currículo lhe confere à constatação de que, sob seu comando, a Comissão de Sistematização tem atravessado os mais caóticos momentos dos trabalhos iniciados há exatamente oito dias. Entretanto, bem mais que a falta de traquejo que ele próprio admite em questões regimentais —prefere ler o filósofo holandês Baruch de Spinoza (1632-1677) a estudar as complicadas regras que apaziguariam o plenário—, o senador pelo PFL do Rio de Janeiro tem um diagnóstico mais sombrio sobre as razões do emperamento das sessões constituintes.

Seus debates, se infrutíferos, são, a seu ver, o simples reflexo de um quadro político caracterizado pela "decomposição do sistema presidencial", com uma crise mais ampla, visível pela perda da autoridade do governo. Em outros momentos da história republicana, argumenta ele, presidentes tiveram como alternativa o apelo a uma saída militar, que lhes conferisse estabilidade através da proteção. Não é agora o caso. O clima de "dissolução política" dificulta a convergência entre grupos e facções, sendo este o grande fator de conturbação.

Apesar da gravidade de suas conclusões —forçosamente engajadas, na medida em que ele é um partidário aberto do parlamentarismo—, Afonso Arinos as exprime com bom humor. Perguntado sobre o motivo de sua ausência durante a votação da obrigatoriedade do diploma de jornalista, à qual é favorável, Arinos respondeu que "estava cansado". Ao fim da entrevista, feita ontem entre 10h30 e 11h15 em seu apartamento funcional, na superquadra 309 Sul de Brasília, e interrompida apenas para tomar um comprimido para a dilatação de vasos vasculares, ele sorriu e disse: "Agora vocês por favor já podem partir, porque eu estou muito cansado".

Folha — Por que o sr. se ausentou da sessão da Comissão de Sistematização que examinou a questão da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista? Afonso Arinos — Porque eu estava cansado.

Folha — Se o sr. estivesse lá, qual teria sido seu voto?

Arinos — Eu votaria a favor da exigência do diploma porque a profissão de jornalista requer um preparo técnico especializado. Folha — Até que ponto, senador, a Comissão de Sistematização tem seus trabalhos dificultados pela explosão da Aliança Democrática e a perspectiva de reforma ministerial? Arinos — A Comissão é em si mesma um estuário, uma concentração, não apenas da Assembléia Constituinte, que foi encarregada pelas lideranças partidárias de passar a limpo o Projeto Cabral. Ela é um resumo da Assembléia. Mas ela também denuncia, em suas contradições, nas suas confusões, nos seus acalorados debates —que, de resto, quero salientar que nunca saíram da ética parlamentar—, que a crise que o país continua a atravessar é uma crise política. Dentro da Comissão, colocam-se os problemas como sistema de governo, dívida externa, reforma agrária, legislação social, que são problemas sérios. No entanto, eles não são jamais tratados com a devida seriedade.

Folha — Os constituintes teriam hoje um raciocínio bem mais tático, em função do desfecho imediato da crise, que estratégico e político? Ou seja, um projeto a ser redigido para o país?

Arinos — Eu não atribuiria a uma debilidade da Assembléia e da Comissão o fato de elas não abordarem problemas que não digam respeito ao que se está especificamente votando ou aos instrumentos regimentais de que se dispõe. É impossível abordar problemas realmente políticos, não resolvidos ao fim de tentativas imensas que datam de dois anos. Esses problemas políticos tornam impossível uma solução que eu não diria

tanto consensual, mas de convergência. São questões derivadas de algo mais substancial. É como se fôssemos fazer uma cirurgia grave, conhecendo perfeitamente os pontos e males a resolver, mas sem os meios para evitar as disfunções orgânicas decorrentes da operação e a carência de instrumentos e especialistas capazes de nos ajudar na cirurgia.

Folha — Então, senador, trata-se de uma crise de autoridade do governo? Arinos — É uma dissolução, uma decomposição do sistema presidencial. Ele tem sido historicamente auxiliado pela intervenção da força militar. Então agora, como não está aparecendo a força militar, ele não tem conseguido prometer soluções brutais, mas que afastem os riscos, e então ele passa a se autodissolver, numa situação em que ele não mais domina a conjuntura política, nem a projeção política. Em quase cem anos, o sistema presidencial contava com a proteção —muitas vezes descabida, outras vezes desejada— da força militar. Como ela desapareceu, e se ela reaparecesse seria numa situação de maior gravidade, o sistema fica entregue a todas as suas debilidades e contradições. Ele está em naufrágio.

Folha — Em outras palavras, se essa crise dimensionada pelo sr. inexistisse, os trabalhos constituintes teriam desde o início ganho uma agilidade maior.

Arinos — Sim, desde que não existissem esses fatores de dissolução política, não só na Comissão de Sistematização, mas também nos partidos políticos, na imprensa. Não há nada mais errado e desorientante que a imprensa brasileira nesse momento.

Folha — Mas a imprensa não estaria retratando apenas a perplexidade da situação?

Arinos — Ela faz parte dessa perplexidade. Ela é um dos figurantes dessa perplexidade. Qual é a orientação que se pode tirar dos grandes jornais hoje no Brasil? Você não retira nenhuma orientação da parte editorial. Você tira uma crítica, que é óbvia ao que está acontecendo.

Folha — Essa também não seria uma postura cômoda para o sr., a partir da qual todas as deficiências internas e próprias ao funcionamento da Comissão de Sistematização e da Constituinte ficariam relegadas a um segundo plano?

Arinos — Eu não estou relegando a segundo plano. Estou, ao contrário, situando esses fatores como centro, como expressão, como manifestação, como símbolo, como sintoma da decomposição política presidencial. Quem está intervindo lá dentro? Intervindo de que maneira? Qual é a orientação que a gente pode tirar? Qualquer solução que se dê hoje ao problema do sistema de governo, que é o problema crucial, seria extremamente precária, porque ele se defrontaria, de saída, com uma confrontação com o sistema derrotado, o que tornaria quase que inatingível a necessária tramitação jurídica para o seu estabelecimento final. O presidencialismo só pode vencer caso a sua composição complementar e jurídica for assentada. Eles falam de Congresso forte. O que é Congresso forte? Não é nada. E preciso haver textos efetivos de natureza constitucional que façam o Congresso forte. Os parlamentaristas dizem: eu quero parlamentarismo sem transição —isso também não é nada. Então, se não houver uma espécie de concentração de atenções em torno desse problema, não haverá um caminho de saída.

Folha — Nas conversas que o sr. teve com o presidente Sarney, que tipo de argumentação ele faz em defesa do presidencialismo? Arinos — Não tive conversa nenhuma com o presidente Sarney até hoje. Eu tive conversa telefônica. Ele fala da amizade dele para comigo, eu falo da minha para com ele. Eu não fui convocado para falar nem por meu partido nem por ninguém, o que me deixa com uma satisfação enorme.

Folha — Mas o sr., como senador da República pelo PFL, concorda que o seu partido foi o detonador de todo esse estopim? Arinos — Não acho que houve um detonador. Aliás, o Sarney me fez senador e eu "fiz" ele presidente. [Arinos menciona a véspera da posse do novo presidente, quando Tancredino, internado, não pôde assumir. Uma facção do PMDB defendia que Ulysses Guimarães fosse empossado chefe de Estado. Arinos, pela televisão, argumentou que Sarney não era o vice de Tancredino, mas sim o vice da República, e que ela não estava no centro cirúrgico do Hospital de Base de Brasília].

Folha — Nessa perplexidade dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o sr. sente falta de lideranças políticas capazes de se articularem na busca de um consenso? Arinos — Não há liderança política

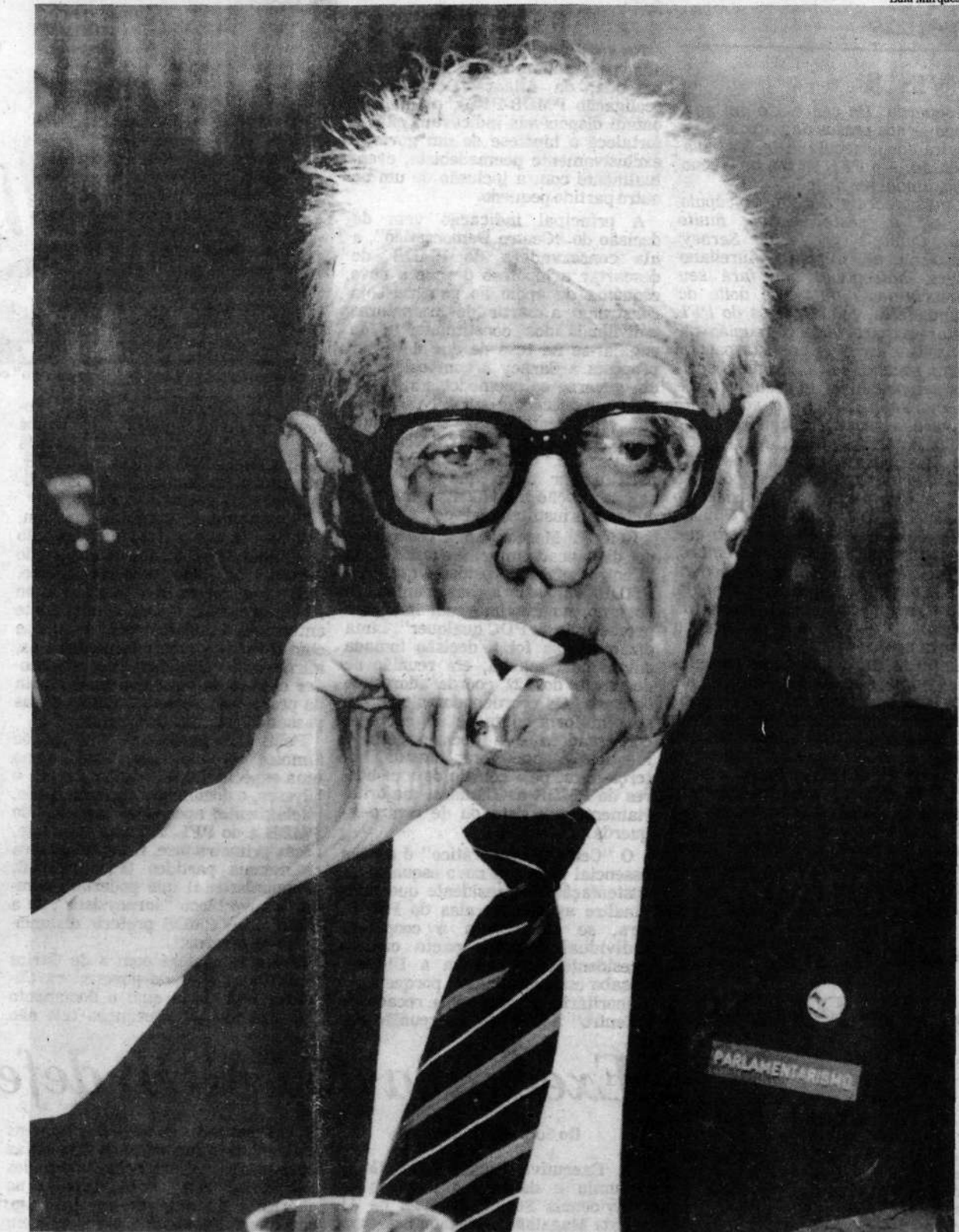
'O voto no sistema de governo não é partidário, é voto de consciência'

Folha — Mas existe uma radicalização por parte dos agentes do "presidencialismo em decomposição" que o sr. apontou. Ainda ontem, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, reiterou a necessidade de se preservar o presidencialismo, revelando que isto estará inscrito no documento pelo qual o presidente quer refazer sua base de sustentação.

Pedagogos

Quando, no entanto, evocam questões de princípio, parlamentaristas e presidencialistas assumem a posição de experimentados pedagogos. "Em meus trinta anos de vida pública, assisti ditaduras e tentativas de golpes, como o produto de crises que o parlamentarismo poderia amortecer", afirma o senador Jamil Haddad (PSB-RJ), 61, esquerda. O sistema de governo que defende seria a seu ver o único capaz de proporcionar estabilidade política e, com isso, permitir o avanço das ideias socialistas.

Outro argumento seu: o Poder Executivo, no presidencialismo, é exercido a portas fechadas. No par-



O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte

Arinos — E como é que se vai complementar o presidencialismo, se ele, o presidente, possui, na melhor das hipóteses, a metade dos votos? Ele venceria com uma base muito escassa, se é que ele vence. A Assembléia Constituinte se transformará em Congresso, e então quantos processos ele vai ter de utilizar para implantar o regime? E se não houver possibilidade para uma convergência final depois de resolvido o problema do regime, qualquer regime que se instale não vai funcionar. Isso no momento em que precisarão ter solução esses problemas institucionais. Essa solubilidade da decisão vai se refletir sobre a reforma agrária, sobre a legislação social.

Folha — Não acha que o sr. teve com o presidente Sarney, que tipo de argumentação ele faz em defesa do presidencialismo? Arinos — Não tive conversa nenhuma com o presidente Sarney até hoje. Eu tive conversa telefônica. Ele fala da amizade dele para comigo, eu falo da minha para com ele. Eu não fui convocado para falar nem por meu partido nem por ninguém, o que me deixa com uma satisfação enorme.

Folha — Mas o sr., como senador da República pelo PFL, concorda que o seu partido foi o detonador de todo esse estopim? Arinos — Não acho que houve um detonador. Aliás, o Sarney me fez senador e eu "fiz" ele presidente. [Arinos menciona a véspera da posse do novo presidente, quando Tancredino, internado, não pôde assumir. Uma facção do PMDB defendia que Ulysses Guimarães fosse empossado chefe de Estado. Arinos, pela televisão, argumentou que Sarney não era o vice de Tancredino, mas sim o vice da República, e que ela não estava no centro cirúrgico do Hospital de Base de Brasília].

Folha — Nessa perplexidade dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o sr. sente falta de lideranças políticas capazes de se articularem na busca de um consenso? Arinos — Não há liderança política

de minha parte. A diferença está entre liderança e influência. Eu tenho influência. Isso é por causa da idade, da experiência política, da minha obra escrita. Mas não tenho liderança. Esse problema compete aos líderes, que têm que encontrar uma solução para os assuntos. Agora, o problema é que o sistema de governo divide os partidos.

Folha — O sr. acha que essa crise partidária atinge as lideranças escolhidas pelas próprias bancadas no início da Constituinte e que hoje perderam influência, na medida que as bancadas estão cindidas?

Arinos — Influência, elas têm. Mas fora dessa matéria, porque o voto do sistema de governo não é um voto partidário, é um voto de consciência. Você tem uma avaliação de como tem sido o sistema republicano de uma maneira ou de outra. Então não há conduta de partido que possa obrigar. A não ser um partido de ideologia totalitária. Se nós tivéssemos o marxismo do tempo de Stálin, seria diferente. O partido do Stálin precisava fazer com que todos os seus sujeitos votassem da mesma maneira.

Folha — E por falar em marxistas, como o senhor se dá com os que estão a bordo do Congresso constituinte?

Arinos — Sou muito amigo de todos eles. Mas alguns são temperamentais.

Folha — Quais deles? O [deputado pelo PT-SP] José Genoíno?

Arinos — Não. O Genoíno é uma espécie de Dom Quixote nordestino. Estou pensando naquele menino, o Haroldo Lima (PC do B-BA), que é um pouco descontrolado.

Folha — Com relação aos descontroles de outro tipo. O sr. não acha que vem sendo desabusado por sua excessiva cortesia?

Arinos — Isso não interessa. Eu sou assim e não vou mudar.

Folha — Mas quando o sr. perde o controle da situação em plenário, os constituintes passam, por exemplo, a falar mais do que eles podem, de

acordo com o regimento. Ou então se excedem. Isso não seria prejudicial ao próprio funcionamento dos trabalhos?

Arinos — Falar mais do que permite o regimento é tradicional nas constituintes brasileiras. Eu me lembro do velho Antônio Carlos, presidente da Constituinte de 1934. Ele tinha um imenso "savoir-faire". Nunca se atinha aos minutos. Quando o sujeito estava falando bem, ele interrompia o discurso e dizia: "Senhor deputado, o tempo, nosso inimigo...". Mas se era um mau orador, ele interrompia para dizer: "Sr. deputado, o tempo, nosso amigo...".

'Na minha idade, não quero estudar regimentos, quero estudar Spinoza'

Folha — Mas senador, temos pela frente mais de oito mil destaques a serem votados, e não saímos ainda do artigo 5º do substitutivo.

Arinos — É que a Constituição não vai acabar na data que se previa. Eu não saberia fazer previsões, mas estou certo de que o Ulysses está hoje convencido de que 15 de novembro é uma data nacional, e não o fim do prazo da Constituinte.

Folha — Quando o sr. se refere a seu desinteresse pelo regimento interno, isso não é atemorizador, para o posto que o sr. ocupa?

Arinos — Deixo essas questões para o Paulo Afonso [secretário da presidência da Mesa e funcionário de carreira da Câmara], aquele que está sempre ao meu lado. Não quero ficar, na minha idade, perdendo tempo em estudar regimentos. Quero estudar Spinoza ou sujeitos assim.

Folha — Mas dá até pena vê-lo bombardeado com questões de ordem. O sr. parece um goleiro diante de dez jogadores, cada um deles com

uma bola... O sr. ensandece, literalmente.

Arinos — Você tem razão. Isso precisa ser resolvido por eles, os constituintes em plenário.

Folha — E o sr. se sente fragilizado nessas situações?

Arinos — Quando isso ocorre, eu chamo o Paulo Afonso, e ele propõe uma solução que eu geralmente acato. O Paulo Afonso não tem nenhuma aspiração a ter uma presidência cerimonial. Mas tem a segurança de um colaborador de primeira linha de qualquer presidente.

Folha — O sr. chegou em algum momento a ter a impressão de que havia uma tentativa de obstrução dos trabalhos da Sistematização?

Arinos — Acho que sim, mas isso não tem importância.

Folha — E partiu de que grupo, especificamente?

Arinos — Não são grupos. São pessoas. Ou estão acreditando seriamente na indispensabilidade das medidas que propõem, e se batem por elas, ou então estão procurando notoriedade pelas dificuldades que criam para o progresso dos trabalhos.

Folha — Quem são esses grupos ou pessoas que tumultuam, senador?

Arinos — Você espie, e os identificará.

Folha — A direita está sendo mais incômoda do que a esquerda, a esse respeito?

Arinos — Não sei, está aí uma pergunta difícil de responder. A esquerda é mais visível. A direita talvez seja mais eficaz, porque não quer aparecer.

Folha — Houve algum constituinte que o surpreendeu por um empenho e dedicação que o sr. não conhecesse anteriormente?

Arinos — A Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), não apenas pela eficiência de seu trabalho político, pelo desprendimento pessoal. Um outro, na esquerda, seria o José Genoíno (PT-SP). Ele, do ponto de vista que tem, influencia com muita eficiência. Vamos situar apenas os dois, porque assim a Sandra fica uma "onça" e ele também. Mas haveria também esse rapaz que aparece pouco, mas quando o faz é duro na queda. O Lysâneas Maciel (PDT-RJ). Tem uma tenacidade invejável. Ele é como se definia Lênin, um "cachorro bulldogue", que, por não ter nariz, quando agarra com os dentes não precisa desgrudar da presa porque respira de qualquer jeito.

Folha — E há alguém que o sr. esperava que surgisse como um novo Aliomar Baleiro, um novo Carlos Lacerda, mas que está se comportando de maneira mais discreta?

Arinos — O exemplo do Lacerda é difícil, porque ele era excepcional. Talvez seja problemático um quadro com novos Baleeiros, Bilacs [Pinto], porque aquele pessoal trabalhava na base da argumentação jurídica. Eram todos professores de Direito, como eu.

Folha — O fato de ter caído, com relação a 1946, a proporção de juristas ou professores de Direito, é positivo ou negativo para o Congresso constituinte?

Arinos — Acredito que a Assembléia, o que pode oferecer de fecundo e inovador, é devido em parte ao fato de não ter professores. Mas a imperfeição é a inviabilidade do que ela quer e também por causa disso. Os projetos não conseguem afeição as intenções por falta de técnica. E quanto à redação, nem se dizer. Já propus que ao fim se chame o Celso Cunha, professor emérito da Universidade de Brasília, para fazer uma revisão no texto.

Folha — Se o sr. ainda fosse professor da ativa, que nota daria para o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral?

Arinos — O Bernardo é um sujeito muito bom, com uma capacidade de trabalho invejável. Ele é aplicadíssimo. Não tenho ressalvas a este homem respeitável que fez um esforço terrível.

Folha — Mudando a pergunta: que nota o sr. daria ao atual substitutivo?

Arinos — Uma nota má. Mas a questão é que era muito difícil fazer melhor. Nota mais alta teria o texto na Comissão de Estudos Constitucionais, que o Sarney se recusou a enviar porque tinha o parlamentarismo como proposta de forma de governo.

Folha — O sr. chegou a se arrender em algum momento de ter assumido a responsabilidade de presidir a Comissão? Arinos — Não. Nunca fiz nada que fosse razoavelmente explicável.

Parlamentaristas e presidencialistas em fogo cruzado na Comissão

Caso estivesse cumprindo sua programação inicial, a Comissão de Sistematização deveria ter votado na última segunda-feira o sistema de governo, com resultados previsíveis: o parlamentarismo venceria o presidencialismo por algo em torno de 52 a 41. Depois dessa fase, a questão entrará novamente em pauta quando o Congresso constituinte partir para suas deliberações finais em plenário, e os defensores das duas fórmulas estarão certamente fincados em seus mesmos princípios.

"O parlamentarismo é a escola política dos povos", afirma, por exemplo, o senador José Fogaça (PMDB-RS), 40, centro-esquerda. Segundo ele, o presidencialismo em vigor perpetua de maneira inevitável o caciquismo e todo o modelo centralizador que ele traz embutido. "O parlamentarismo é inextinguível, pela simples razão de que a solução dos problemas econômicos e sociais pressupõe políticas a longo e médio prazos, que só o presidencialismo pode executar", responde o senador Virgílio Távora (PDS-CE), 67, direita.

Campo de debates

A postura dos dois senadores exemplifica a dificuldade de se con-

duzir os argumentos para um campo comum de debates. De fato, raramente os dois blocos polemizam com os mesmos pontos de partida, e isso sem falar das suspeitas que um bloco levanta sobre o outro. Os presidencialistas são acusados de fisiologismo pelas ligações que boa parte deles mantém com o Palácio do Planalto, dando como troca, aos parlamentaristas, a acusação de procurarem transformar o Congresso num mercado de barganhas pessoais, nos processos de manutenção ou derrubada dos gabinetes.

Quando, no entanto, evocam questões de princípio, parlamentaristas e presidencialistas assumem a posição de experimentados pedagogos. "Em meus trinta anos de vida pública, assisti ditaduras e tentativas de golpes, como o produto de crises que o parlamentarismo poderia amortecer", afirma o senador Jamil Haddad (PSB-RJ), 61, esquerda. O sistema de governo que defende seria a seu ver o único capaz de proporcionar estabilidade política e, com isso, permitir o avanço das ideias socialistas.

Outro argumento seu: o Poder Executivo, no presidencialismo, é exercido a portas fechadas. No par-

lamentarismo, o Congresso passa a ser o centro de decisões governamentais, permitindo que sua atual transparência também seja um atributo próprio ao governo.

Direção oposta

De uma esquerda muito próxima à de Haddad, o deputado José Genoíno (PT-SP), 41, esquerda, vai numa direção oposta. "O presidencialismo representa uma relação mais próxima entre o povo e o poder, porque, elegendo-se o presidente em eleições diretas, suas propostas são muito mais transparentes", afirma. Ou ainda: com o parlamentarismo, o Congresso transforma-se em palco de negociação entre as elites, só possível pela exclusão dos "interesses populares".

E, para exemplificar ainda mais o fato de o sistema de governo não estar passando pelo divisor das correntes ideológicas, o líder do PCB na Câmara, Roberto Freire (PE), 45, esquerda, retoma a questão da transparência como defensor do parlamentarismo. Esse sistema, diz ele, "permite maior participação da sociedade organizada no processo político e nas definições das políticas de governo" com o Executivo funcio-

nando como extensão de uma maioria parlamentar, e esta tendo seus contornos definidos pelas pressões da sociedade organizada".

Presidencialistas pragmáticos

Há presidencialistas pragmáticos, como o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), 45, centro-esquerda, autor de uma emenda a ser defendida conjuntamente por sua bancada e pela do PT. "O parlamentarismo pode conduzir à democracia, e não temos restrições profundas quanto a ele. Mas hoje, em matéria de desenvolvimento democrático, o fator número um é a eleição direta para o presidente da República". Ou seja, cabe ao presidente saído das urnas a execução dos compromissos que assumiu com relação à vida cotidiana dos cidadãos.

Na mesma linha se classificaria o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), 46, centro-esquerda. "A soberania popular está na escolha, pelo voto, do chefe de Estado, e não pela vontade de uma oligarquia que se fecharia em conchavos, no Congresso, para negociar a composição de um gabinete". Partindo também do pressuposto de que a democracia no Brasil é hoje indissociável do projeto de se eleger diretamente o presidente

da República, ele afirma inexistir o mesmo grau de legitimidade entre um presidente e seu eventual primeiro-ministro, que será um simples parlamentar.

Parlamentaristas pragmáticos

No campo parlamentarista, também avoluma-se o pragmatismo, como numa parcela do que prega o senador gaúcho José Fogaça. O presidencialismo, diz ele em resumo, reproduz em todas as instâncias administrativas o "modelo personalizado e messiânico" do chefe, de maneira a produzir, na estrutura administrativa, dois tipos de funcionários: ou eles são compadres de quem manda, ou então sabotadores porque fiéis a quem deixou de mandar.

Os dois blocos, curiosamente, evocam uma espécie de "darwinismo" político, com os parlamentaristas evocando aquele sistema como próprio a um estágio superior e maduro de governo, e os presidencialistas argumentando inexistirem —ainda— condições para que o parlamentarismo seja implantado.

A essa última corrente pertence o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), 67, centro-direita, que situa a falta, no Brasil, de partidos estáveis

e de uma burocracia invulnerável às mudanças de ministério como "presupostos" sem os quais o presidencialismo deve ser mantido. "Os regimes de gabinete, com as estruturas partidárias atuais, dariam margem a crises sucessivas", diz ele.

"Darwinistas"

No campo do "darwinismo" parlamentarista, é típica a posição do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 68, centro-esquerda. "O parlamentarismo, argumenta, é a evolução direta de qualquer processo político. Parte-se do absolutismo, evolui-se para formas atenuadas de autoritarismo, e se alcança a democracia pelo sistema parlamentar".

E vai mais longe: "O Brasil tem duas sociedades, uma moderna e industrializada, ao lado de outra, primitiva e carente. Para que a primitiva evolua, é fundamental a modernização do mecanismo de operacionalidade do Estado". Ele retoma, assim, a mesma linha do senador Fogaça, que implicitamente situa a modernidade no parlamentarismo, enquanto a estrutura arcaica de poder estaria ao lado do personalismo "messiânico". (João Batista Natali)